



TUDO UM MUNDO



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
4º TRIMESTRE 2020 (valores provisórios)

Conteúdo

Instrumentos previsionais de gestão 2020	3
PMP e Arrears	3
Endividamento	4
Execução Orçamental da Receita	6
Execução Orçamental da Despesa	6
Equilíbrio Orçamental	10
Alterações Orçamentais	10
Análise das rubricas de Gastos e Perdas	11
Análise das rubricas de Rendimentos	13
Análise das rubricas de Investimento	15
Indicadores Financeiros	16

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

4º TRIMESTRE 2020

Instrumentos previsionais de gestão 2020

Com o objetivo de analisar e verificar a execução orçamental do Município, realizou-se a uma breve análise comparativa dos níveis de execução durante o ano de 2020, face aos dados produzidos em período homólogo do ano 2019, tendo como base o orçamento corrigido e o executado para cada um dos respetivos anos, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança bruta e a taxa de execução da despesa à despesa realizada.

Salienta-se que os valores apresentados referentes ao 4.º trimestre de 2020 são provisórios, uma vez que os procedimentos de final de exercício ainda não se encontram concluídos. Acrescenta-se que, decorrente da transição de normativo contabilístico, a comparabilidade, neste primeiro exercício, encontra-se condicionada.

O orçamento do Município para o exercício de 2020, apresenta uma dotação corrigida no montante de 202.179,8 milhares de euros (m€), composto por 133.863,4 m€ de receitas correntes e despesas correntes no montante de 128.596,5 m€. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 39.975,6 m€ e as despesas a 73.583,3 m€.

A comparação efetuada tem por base, para o exercício de 2019, um orçamento corrigido de 188.761,1 m€, repartido entre receitas e despesas correntes que rondaram 128.183,2 m€ e 119.282,7 m€, respetivamente, cabendo na vertente de capital uma previsão corrigida de receitas de 40.337,9 m€ e despesas de 69.478,3 m€.

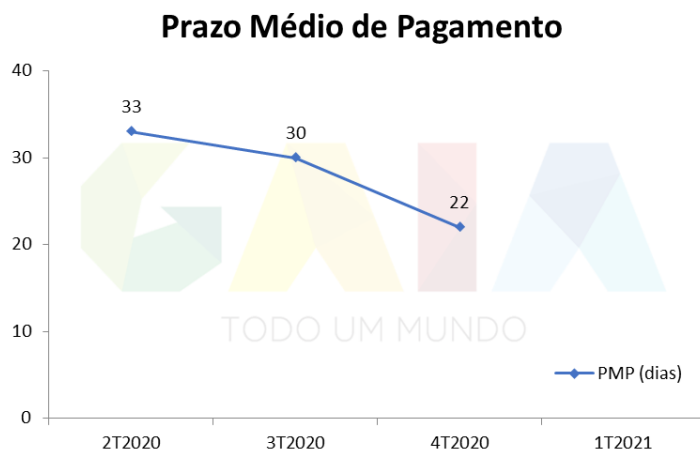
PMP e Arrears

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

O Município terminou o exercício de 2019 **sem qualquer pagamento em atraso**, mantendo esse registo durante o ano de **2020**.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, em que DF corresponde ao valor da dívida

de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.



Ainda que a atual situação epidemiológica tenha originado um aumento de despesas correntes, com a conseqüente pressão sobre a Tesouraria, o **PMP apurado em 31/12/2020 é de 22 dias**, o que traduz a preocupação da gestão municipal na satisfação do pagamento das obrigações para com os fornecedores e outros credores, tendo como pano de fundo a contínua prioridade no cumprimento dos pagamentos a terceiros, concretizado uma significativa melhoria face a **2019 (PMP - 36 dias)**.

Endividamento

O endividamento municipal, considerando o enquadramento legal existente, ascende, em 31/12/2019, a 103.167,2 m€. Neste montante, destacam-se os empréstimos de médio e longo prazo, no valor de 89.104,2 m€, assim como 7.123,0 m€ relativos a fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis (AFT) (médio e longo prazo), sendo adstrito à dívida de curto prazo um valor de 6.939,9 m€.

Denote-se que, do endividamento total anteriormente mencionado, 35.800,1 m€ estão excluídos do limite de endividamento, representando assim, um percentual de 35%.

Quanto ao endividamento municipal, verifica-se que, em 31/12/2020, apresenta uma redução de 17.637 m€ face ao período homologado, devido essencialmente, à amortização da dívida de CP em 3.622,4 m€ e da dívida de MLP exigível a CP em 13.540,8 m€, situando-se em 85.530,9 m€, dos quais 75.690,6 m€ são referentes a empréstimos de Médio e Longo Prazo junto da Banca comercial, INH e Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P, e 6.522,9 m€ referente a

fornecedores de AFT (de médio e longo prazo), sendo 3.317,6 m€ imputados á divida de curto prazo.

Acresce salientar que, na vertente da Divida de MLP exigível a CP, caracterizada por ser divida de MLP que se vence no exercício económico seguinte, o valor até 31/12/2020, é ilustrativo de uma contração no capital em divida, devido a alteração da metodologia contabilística utilizada no tratamento dos dados.

Saliente-se ainda que neste quarto trimestre, obtiveram visto do Tribunal de Contas mais doze novos financiamentos contraídos com a AD&C que, somados aos já existentes, perfazem um total de 6.647,0 m€. Estes empréstimos são excecionados para efeitos do cálculo do limite da dívida e destinam-se ao financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020, através do empréstimo-quadro contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI), dos quais foram já utilizados 986,37 m€.

Do mesmo modo, do endividamento total registado até ao quarto trimestre de 2020, 32.175,7 m€ não contam para os limites de endividamento, representando 37,62% daquele.

Endividamento

Descrição	31/12/2019	4º trimestre 2020
Dívida de MLP	81 158,54	80 889,27
Empréstimos	74 634,63	74 761,90
Fornecedores e Outros Credores	6 523,91	6 127,37
Dívida de CP	6 939,98	3 317,55
Fornecedores e Outros Credores	6 939,98	3 317,55
Dívida de MLP Exigível a CP	15 068,66	1 324,17
Empréstimos	14 469,55	928,67
Fornecedores e Outros Credores	599,11	395,50
Endividamento Total	103 167,18	85 530,99

milhares de euros

Execução Orçamental da Receita

No quarto trimestre, o orçamento corrigido do Município para o exercício de 2020 apresenta uma dotação total de 202.179,7 m€, registando como receitas correntes o montante de 133.863,3 m€ e receitas de capital cerca de 39.975,6 m€, ao qual acresce um saldo da gerência anterior de 28.255,9m€.

Por sua vez, no exercício de 2019, as receitas correntes ascenderam a 128.183,1 m€ e as de capital a 40.337,9 m€ e o saldo de gerência anterior a 20.115,3m€.

O quadro seguinte reflete a execução da receita no quarto trimestre de 2020, apresentando a respetiva análise comparativa com o executado no período homólogo:

RECEITA - 4º trimestre 2020/2019

C. Econ	Descrição	4º trimestre 2019		4º trimestre 2020		Difª Cobrança 2020/2019	Taxa de Execução %	
		Previsão	Cobrado	Previsão	Cobrado		2019	2020
	RECEITAS CORRENTES	128 183,18	37 829,90	133 863,37	40 944,86	3 114,96	29,51%	30,59%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	76 293,20	24 711,78	83 626,81	26 768,03	2 056,25	32,39%	32,01%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	3 674,05	711,19	0,00	0,00	-711,19	19,36%	0,00%
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1 625,37	649,13	2 980,60	1 784,59	1 135,46	39,94%	59,87%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	6 587,40	1 432,97	5 987,85	1 352,22	-80,75	21,75%	22,58%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34 962,28	9 268,81	38 065,84	9 819,34	550,53	26,51%	25,80%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4 808,09	1 004,25	2 283,08	475,13	-529,12	20,89%	20,81%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	232,79	51,77	919,19	745,55	693,78	22,24%	81,11%
	RECEITAS DE CAPITAL	40 337,99	3 008,71	39 975,57	1 779,47	-1 229,24	7,46%	4,45%
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	1 374,66	206,14	1 293,83	7,56	-198,58	15,00%	0,58%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16 491,70	2 459,41	16 808,73	1 278,55	-1 180,86	14,91%	7,61%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	18 437,34	0,00	15 631,17	0,00	0,00	0,00%	0,00%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	3 000,09	0,00	5 175,98	98,21	98,21	0,00%	1,90%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 034,20	343,16	1 065,86	395,15	51,99	33,18%	37,07%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	124,55	63,06	84,92	11,16	-51,90	50,63%	13,14%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	20 115,39	0,00	28 255,91	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	TOTAL	188 761,11	40 901,67	202 179,77	42 735,49	1 833,82	21,67%	21,14%

milhares de euros

Por consulta do quadro anterior, destaca-se uma evolução positiva entre 2019/2020, no total da receita cobrada na ordem dos 1.833,8 m€, refletindo um crescimento na vertente das receitas correntes em cerca de 3.114,9 m€, e um decréscimo de 1.229,2 m€ nas receitas de capital, salientando-se os aspetos vertidos nos parágrafos seguintes.

Quanto à receita arrecadada corrente, que ascendeu a cerca de 40.944,9 m€ no quarto trimestre de 2020, contra 37.829,9 m€ em período homólogo, verifica-se que este acréscimo resulta, principalmente, do aumento na arrecadação de receita proveniente de dos impostos diretos, na ordem dos 2.056,3 m€, com ênfase para o aumento do IMT (+849,5 m€) e para a derrama (+1.823,2 m€).

O produto da derrama paga é transferido para os municípios até ao último dia útil do mês seguinte ao do respetivo apuramento pela Autoridade Tributária.

Assim, em 2020, as transferências mensais referentes à derrama mostraram um comportamento divergente de 2019, com particular incidência nos meses de agosto e setembro, quando em 2019 as transferências com montante mais elevado foram efetuadas nos meses de julho e agosto, conforme se verifica no quadro seguinte:

Distribuição mensal da Derrama 2019/2020

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
2020	151,48	226,14	0,00	0,00	17,31	13,93	0,00	4 049,48	2 183,24	555,54	33,63	561,85
2019	169,74	518,18	63,14	26,14	150,40	134,68	1 229,35	4 946,95	713,79	232,32	3,12	75,66

MILHARES DE EUROS

Ainda no que concerne às receitas correntes, verifica-se um acréscimo nas transferências correntes (+550,5 m€) e em outras receitas correntes (+693,8 m€), justificado, no primeiro caso, por um aumento nos fundos municipais via participação variável no IRS e no Iva, e no segundo, pela regularização de valores creditados em contas bancárias tituladas pelo Município de Vila Nova de Gaia e ainda não contabilizadas até setembro de 2020, destinando-se à aplicação na gestão de conta dos clientes devedores para eventual regularização

Refira-se ainda a contração verificada na venda de bens e serviços correntes em cerca de 529,1 m€, justificada, maioritariamente, pela redução na cobrança a nível dos serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos (-461,5 m€), situação contínua e impactante com a realidade atual.

Contudo, saliente-se que por força da aplicação do SNC-AP, e em resultado das orientações da DGAL, com a reestruturação das classificações económicas, aglutinou-se o grupo 02- Impostos indiretos, no grupo 04- Taxas, multas e outras penalidades.

Esta alteração, que não afeta a estrutura da receita, uma vez que se tratam de rubricas referentes a receitas correntes, originou um aumento, na classificação económica 04, de 424,3 m€, com equivalente impacto negativo na rubrica de impostos indiretos

Apresentando as receitas de capital um comportamento oposto ao da sua congénere corrente, aquelas registaram um valor de 1.779,5 m€ no quarto trimestre do corrente ano, comparativamente com os 3.008,7 m€ registado em 2019.

Verifica-se uma diminuição generalizada em quase todas as suas componentes, comparativamente ao período homólogo, destacando-se, a redução nas transferências de capital (-1.180,86 m€), cujo reflexo principal esteve subjacente à redução nas transferências com origem em participação comunitária em projetos cofinanciados, inerentes ao FEDER (-1.010,8 m€), assim como à redução na venda de bens de investimento (-198,6 m€), essencialmente na redução na alienação de terrenos (-98,5 m€) e edifícios (-89,0 m€).

Da análise suprarreferida, ressalta que no 4.º Trimestre de 2020, a taxa de execução das receitas correntes ascendeu a 30,59%, registando um acréscimo de 1,08% face a 2019, e as receitas de capital apresentam uma taxa de execução de 4,45%, registando, neste caso, um decréscimo de 3,01% face ao período homólogo.

A taxa de execução da receita total para o quarto trimestre de 2020 foi, assim, de 21,14% face aos 21,67% atingido em 2019.

Se fizermos uma análise comparativa do orçamento corrigido, verifica-se que a taxa de execução da receita total ascendeu em 2020 a cerca de 85% face a 87% em 2019.

Execução Orçamental da Despesa

A despesa total registou, no quarto trimestre de 2020, e em comparação com período homólogo, um agravamento de 7.500,6 m€. Na base deste aumento destaca-se o incremento em ambas as vertentes da despesa, corrente e de capital, em 5.888,7 m€ e 1.611,8 m€, respetivamente. .

Assim, como se pode constatar no quadro seguinte, as despesas correntes materializaram-se no período em estudo em 31.725,2 m€, comparando com cerca de 25.836,5 m€ em igual período de 2019, retrato este muito subvertido pela atual conjuntura económica, tendo as despesas de capital atingido 17.707,7 m€ face aos 16.095,9 m€ respetivamente.

DESPEZA - 4º trimestre 2020/2019								
C.Econ.	Descrição	4º trimestre 2019		4º trimestre 2020		DIF 2020/2019 Despesa Paga	Taxa de Execução %	
		Dotações corrigidas	Despesa paga	Dotações corrigidas	Despesa paga		2019	2020
	DESPESAS CORRENTES	119 282,77	25 836,50	128 596,48	31 725,22	5 888,72	21,66%	24,67%
01	DESPESAS COM O PESSOAL	44 869,55	12 442,64	45 739,61	12 059,13	-383,51	27,73%	26,36%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	54 212,04	9 080,99	51 942,31	9 823,11	742,12	16,75%	18,91%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	1 240,31	147,15	1 368,21	387,64	240,49	11,86%	28,33%
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9 096,79	2 389,32	9 915,71	2 681,66	292,34	26,27%	27,04%
05	SUBSÍDIOS	6 049,15	1 022,84	14 789,00	5 945,38	4 922,54	16,91%	40,20%
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3 814,93	753,56	4 841,64	828,30	74,74	19,75%	17,11%
	DESPESAS DE CAPITAL	69 478,34	16 095,86	73 583,29	17 707,71	1 611,85	23,17%	24,06%
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	42 489,35	9 107,06	44 488,91	8 472,03	-635,03	21,43%	19,04%
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8 573,31	1 032,28	10 843,57	3 301,50	2 269,22	12,04%	30,45%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	452,42	203,61	248,90	0,00	-203,61	45,00%	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	17 748,90	5 752,62	17 954,80	5 934,18	181,56	32,41%	33,05%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	214,36	0,29	47,11	0,00	-0,29	0,14%	0,00%
	TOTAL	188 761,11	41 932,36	202 179,77	49 432,93	7 500,57	22,21%	24,45%

milhares de euros

Mediante uma apreciação similar ao anteriormente realizado na receita, e por observação do quadro supra indicado, destaca-se nas despesas correntes pagas, o aumento na rubrica dos Subsídios (+ 4.922,54 m€), derivado sobretudo da realização de três contratos programa no exercício de 2020, dois com as Águas de Gaia, EM, SA, (no âmbito da gestão e exploração da rede de águas pluviais, no montante de 1.400,00 m€ e no âmbito da gestão do sistema de

resíduos urbanos e limpeza urbana, com uma comparticipação de 6.161,51 m€), com reflexo nos pagamentos efetuados no 4.º Trimestre no montante de 1.540,4 m€, e outro contrato programa celebrado com Gaiurb, EM (subsídio anual de 3.000,00 m€, pago em duodécimos).

O restante acréscimo, de transferências correntes, deriva, essencialmente, dos montantes pagos a instituições de solidariedade social e coletividades do Concelho, decorrentes de protocolos celebrados no último trimestre de 2020.

Ainda nas despesas correntes, a rubrica de aquisição de bens e serviços revelou o segundo maior acréscimo mensurado face a 2019, no montante de 742,1 m€, destacando-se os gastos decorrentes de despesas com material de educação, cultura e desporto (+184,6 m€), assim como os resultantes da celebração de um acordo de colaboração com o centro Hospital de VNG no âmbito da realização de testes de pesquisa de RNA do vírus SARS-COV-2, que somou neste período um montante pago de 421,15 m€.

Pela sua relevância, as despesas com pessoal totalizaram 12.059,1 m€ neste quarto trimestre de 2020, tendo representado 24,39% do total da despesa executada. O montante da rubrica de remunerações certas e permanentes ascendeu a 8.854,2 m€, evidenciando um peso nas despesas de pessoal de 73,42%.

Na vertente da despesa de capital, verificou-se um agravamento na ordem dos 1.611,8 m€ imputado essencialmente pelo reforço das transferências de capital (+2.269,22 m€) via transferências para as juntas de freguesia, que viram a sua fasquia aumentada em 1.398,5 m€ face a 2019, bem como, para as instituições sem fins lucrativos com uma majoração de 323,6 m€.

Contrabalançando este incremento nas despesas de capital, surge a ausência de registo dos ativos financeiros, resultante do termino da realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal e a contração do pagamento de despesas com aquisição de bens de capital na ordem dos 635,0 m€, decorrente, em diversas situações, da reprogramação física e financeira dos investimentos.

Para finalizar, resta referir que no quarto trimestre de 2020, as taxas de execução da despesa corrente e de capital ascenderam a 24,67% e 24,06%, respetivamente, contra as observadas em período homólogo (4.º Trimestre de 2019), de 21,66% e 23,17%.

Analisando a despesa no seu todo, constata-se que no último trimestre de 2020 a taxa de execução perfez 24,45%, comparando com os 22,21% atingidos em igual período de 2019.

Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3/9 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Nestes termos, e como se poderá verificar no quadro infra, o Município encontra-se a cumprir a regra de equilíbrio orçamental prevista no RFALEI:

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL			
Descrição		31/12/2019	31/12/2020
Variáveis relevantes para o controlo da regra do equilíbrio orçamental	A - Receitas correntes brutas	136 736,62	133 344,66
	B - Despesas correntes	91 890,66	104 488,94
	C - Saldo corrente (A-B)	44 845,96	28 855,72
	D - Amortização média dos EMLP	15 897,11	12 844,62
Resultado apurado atendendo à regra do equilíbrio orçamental	E - Montante (C-D)	28 948,85	16 011,11
	F - Percentagem $[A/(B+D)]$	126,9%	113,6%

(milhares de €)

Alterações Orçamentais

Em 2020, realizaram-se 57 alterações orçamentais, das quais, 20 ocorreram no último trimestre.

Estas alterações permitiram acomodar e gerir o orçamento em função das necessidades diárias, indo de encontro à tomada de decisão.

Os reforços/inscrições e diminuições/anulações nas diferentes contas da receita e da despesa decorrentes das referidas alterações orçamentais encontram-se resumidas nos quadros que se seguem:

DOTAÇÕES DA RECEITA				
CL. ECON.	PREVISÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01	83 378,86 €	1 993,15 €	1 745,19 €	83 626,81 €
02	4 566,73 €	- €	4 566,73 €	- €
04	1 960,24 €	4 877,67 €	3 857,31 €	2 980,60 €
05	6 141,22 €	129,00 €	282,37 €	5 987,85 €
06	36 416,64 €	5 227,10 €	3 577,91 €	38 065,84 €
07	4 277,22 €	20,64 €	2 014,79 €	2 283,08 €
08	307,26 €	711,93 €	100,00 €	919,19 €
09	1 293,83 €	- €	- €	1 293,83 €
10	33 675,62 €	1 265,31 €	18 132,20 €	16 808,73 €
11	22 314,53 €	- €	6 683,36 €	15 631,17 €
12	4 341,99 €	18 051,60 €	17 217,61 €	5 175,98 €
13	1 065,86 €	- €	- €	1 065,86 €
15	84,92 €	- €	- €	84,92 €
16	- €	28 255,91 €	- €	28 255,91 €
Totais	199 824,92 €	60 532,31 €	58 177,46 €	202 179,77 €

(milhares de euros)

DOTAÇÕES DA DESPESA				
CL. ECON.	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01	43 852,21 €	3 980,70 €	2 093,30 €	45 739,61 €
02	54 076,26 €	19 106,55 €	21 240,50 €	51 942,31 €
03	971,21 €	397,00 €	- €	1 368,21 €
04	6 898,16 €	4 157,50 €	1 139,95 €	9 915,71 €
05	12 221,20 €	2 954,80 €	387,00 €	14 789,00 €
06	3 128,84 €	2 742,40 €	1 029,60 €	4 841,64 €
07	56 110,66 €	33 350,55 €	44 972,30 €	44 488,91 €
08	5 924,17 €	6 701,40 €	1 782,00 €	10 843,57 €
09	1 908,90 €	150,00 €	1 810,00 €	248,90 €
10	14 226,20 €	8 228,60 €	4 500,00 €	17 954,80 €
11	507,11 €	467,90 €	927,90 €	47,11 €
Totais	199 824,92 €	82 237,40 €	79 882,55 €	202 179,77 €

(milhares de euros)

Neste trimestre, as alterações orçamentais com maior relevância, consubstanciaram-se na extinção de uma natureza de receita ou despesa prevista no orçamento que não teriam execução orçamental ou a redução de uma previsão de receita ou dotação de despesa., destacando-se as alterações as diminuições na Cl.Ec. 10 e 12 do lado da Receita, e na Cl.Ec. 07 e 10 do lado da Despesa, explicadas, essencialmente, por:

- Pelo empréstimo de curto prazo de 7,5 milhões de euros, dos quais apenas foram utilizados 3,0 milhões de euros (4,5 milhões de euros foram ajuatados na execução da Recceita e da Despesa);
- Pelo empréstimo de 10,45 milhões de euros para diversos investimentos que, entretanto, não se concretizaram em 2020, bem como;

- Diversos investimentos com financiamento europeu, cuja concretização não foi possível durante o ano de 2020.

Análise das rubricas de Gastos e Perdas

Os gastos totais (provisórios) registados até ao final do ano de 2020 ascenderam a mais de 110 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 4% em relação a 2019.

A sua decomposição foi a seguinte:

CONTA	DESIGNAÇÃO	31/12/2019*		31/12/2020		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
6	GASTOS	114 686,22	100%	110 107,71	100%	-4 578,52	-4%
60	Transferências e subsídios concedidos	18 148,79	16%	27 558,07	25%	9 409,28	52%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias cons	1 607,00	1%	3 213,02	3%	1 606,02	100%
62	Fornecimentos e serviços externos	30 909,01	27%	30 808,95	28%	-100,06	0%
63	Gastos com o pessoal	42 718,32	37%	40 585,27	37%	-2 133,05	-5%
64	Gastos de depreciação e de amortização	16 593,07	14%	0,00	0%	-16 593,07	0%
65	Perdas por imparidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
67	Provisões do período	433,59	0%	0,00	0%	-433,59	0%
68	Outros gastos	3 244,35	3%	6 926,16	6%	3 681,81	113%
69	Gastos por juros e outros encargos	1 032,09	1%	1 016,24	1%	-15,86	-2%

* contas POICAL reexpressas nas contas equivalentes em SNC-AP
 (milhares de euros)

Os gastos mais significativos continuam a ser os Gastos com o Pessoal (representam 37% do total de Gastos), seguido dos Fornecimentos e Serviços Externos (28%) e das Transferências e Subsídios Concedidos (25%).

A redução de 5% nos Gastos com o Pessoal decorre do facto de o valor de 2019 já espelhar o acréscimo de gastos com o mês de férias (pago em 2020) e respetivos encargos (no valor de 2.673,6 m€), ainda não tendo sido feita a respetiva especialização (à data deste relatório) no ano de 2020. Comparando esta rubrica antes de efetuada a especialização em 2019, ela regista um aumento de 1% em 2020.

Relativamente aos Fornecimentos e Serviços Externos (F.S.E.), estes registaram um ligeiro decréscimo de 100 m€ face ao igual período de 2019. As suas rubricas mais importantes:

- Outros Serviços, representa 22% do total de F.S.E. e engloba projetos como o cheque oferta para compra de material escolar e o projeto de apoio a alunos através de equipas multidisciplinares Gaia+Sucesso;
- Subcontratos e parcerias, com um peso de 12% no total dos F.S.E., e
- Rendas e alugueres, com os mesmos 12%;
- Iluminação pública, com um peso de 10% no total da rubrica, registou menos 550,1 m€ face ao ano de 2019;

No que concerne às Transferências (quer Correntes, quer de Capital) e Subsídios Concedidos, em termos gerais, verifica-se um aumento comparativamente com o período homólogo (mais 52% face a 2019).

CONTA	DESIGNAÇÃO	31/12/2019		31/12/2020		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
60	Transferências e subsídios concedidos	18 148,79	100%	27 558,07	100%	9 409,28	52%
60,1	Transferências correntes concedidas	7 803,02	43%	8 494,96	31%	691,94	9%
	Estado	19,50	0%	0,30	0%	-19,20	-
	Freguesias	2 450,91	14%	2 045,35	7%	-405,56	-17%
	Famílias	221,95	1%	687,07	2%	465,11	210%
	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	0%	5,00	0%	5,00	-
	CCD - Centro de Cultura e Desporto	56 500,00	0%	135,00	0%	78,50	139%
	Outros	5 054,15	28%	5 622,24	20%	568,09	11%
60,2	Subsídios correntes concedidos	5 831,18	32%	10 561,51	38%	4 730,34	81%
	Águas de Gaia, E.M., SA	2 100,00	12%	7 561,51	27%	5 461,51	260%
	Gaiurb, EM	3 246,00	18%	3 000,00	11%	-246,00	-8%
	Outras	485,18	3%	0,00	0%	-485,18	-100%
60,4	Transferências de capital concedidas	4 514,60	25%	8 501,60	31%	3 987,00	88%
	Administração Central	50,00	0%	575,46	2%	525,46	1051%
	Freguesias	2 316,32	13%	5 479,86	20%	3 163,54	137%
	Instituições sem Fins Lucrativos	2 148,28	12%	2 446,29	9%	298,01	14%

(milhares de euros)

Os Subsídios Correntes são a maior parcela (38% do total das Transferências e Subsídios), sendo significativo o aumento verificado nos subsídios concedidos à EM Águas de Gaia ao abrigo do contrato-programa celebrado com aquela entidade. Embora também seja digno de nota, nomeadamente ao nível das Freguesias, um aumento das Transferências de Capital (mais 137% face ao ano anterior) em detrimento das Transferências Correntes (menos 17% em relação a 2019).

No ano de 2019, o apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidos foi efetuado no final do ano. Em 2020, este procedimento tem vindo a ser alterado, o que justifica a variação registada nesta conta. Esta situação irá, previsivelmente, alterar o peso relativo de cada uma das rubricas de Gastos.

Também ao nível do cálculo das Amortizações e Depreciações, estas têm vindo a ser calculadas no final do ano. Este procedimento está a ser alterado, passando este gasto a ser reconhecido mensalmente. Porém, decorrente das diversas alterações aos AFT decorrentes da transição do normativo, ainda não se encontram evidenciadas à data deste relatório).

Análise das rubricas de Rendimentos

Os Rendimentos no final do 4º trimestre de 2020 totalizaram 125,75 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 14%, face ao período homólogo.

CONTA	DESIGNAÇÃO	31/12/2019*		31/12/2020		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
7	RENDIMENTOS	147 020,94	100%	125 746,24	100%	-21 274,70	-14%
70	Impostos, contribuições e taxas	91 539,50	62%	80 437,28	64%	-11 102,22	-12%
71	Vendas	6,57	0%	0,00	0%	-6,57	0%
72	Prestações de serviços e concessões	4 057,72	3%	2 091,60	2%	-1 966,12	-48%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	36 581,84	25%	36 414,35	29%	-167,49	0%
76	Reversões	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
78	Outros rendimentos	14 698,48	10%	6 752,07	5%	-7 946,41	-54%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	136,83	0%	50,94	0%	-85,89	-63%

* contas POICAL reexpressas nas contas equivalentes em SNC-AP

(milhares de euros)

As fontes de receita com maior peso no total de rendimentos continuam a ser os Impostos, Contribuições e Taxas (64%) e as Transferências e Subsídios Correntes Obtidos (29%).

A rubrica de Impostos e Taxas registou uma variação negativa de 12% (menos 11.102,2 m€ do que no período homólogo), sendo que, com exceção da Contribuição Autárquica (insignificante no total desta rubrica), o valor de arrecadação de todo o tipo de Impostos decresceu face a igual período de 2019.

CONTA	DESIGNAÇÃO	31/12/2019*		31/12/2020		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
70	Impostos, contribuições e taxas	91 539,50	100%	80 437,28	100%	-11 102,22	-12%
	Derrama	7 433,80	8%	7 230,75	9%	-203,05	-3%
	Imposto municipal sobre imóveis	44 361,47	48%	42 238,72	53%	-2 122,75	-5%
	Imposto único de circulação	8 875,81	10%	8 093,81	10%	-782,00	-9%
	Contribuição Autárquica (CA)	3,75	0%	27,00	0%	23,24	619%
	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	25 536,81	28%	19 302,05	24%	-6 234,76	-24%
	Taxas específicas das autarquias locais	4 994,81	5%	3 215,60	4%	-1 779,20	-36%
	Multas e outras penalidades	333,04	0%	329,35	0%	-3,70	-1%

(milhares de euros)

- o IMI continua a ser o imposto com maior expressão: representa 53% do total de rendimentos (42.238,7 m€, menos 2.122,7 m€ do que no ano 2019);
- Segue-se o IMT, com 24% no total de rendimentos, totalizou 19.302,0 m€ (menos 6.234,7 m€ do que no mesmo período do ano anterior, o que significou uma queda de 24%);
- o IUC representa 10% da rubrica, com 8.093,8 m€ tendo diminuído 782,0 m€ em relação ao mesmo período de 2019;

De referir que, embora pouco significativas no total desta rubrica (apenas 4%), as “Taxas específicas” tiveram uma queda de 36%, fruto do encerramento ou redução da atividade de feiras, mercados, festividades, etc.

De referir que à data de elaboração deste relatório, ainda não havia sido feita a especialização nas contas de Impostos. Após a retificação do acréscimo de rendimentos relativos a Impostos de 2019 liquidados em 2020 e do acréscimo de rendimentos de Impostos de 2020 que só vão ser cobrados em 2021, esta rubrica sofrerá alterações.

As Transferências e Subsídios Correntes Obtidos, embora com maior peso no total de rendimentos de 2020, quando comparado com 2019, em termos de valor absoluto mantiveram praticamente o montante.

Na transposição para o novo normativo SNC-AP, a parte das transferências de capital recebidas do Estado deixaram de ser consideradas Rendimentos e passaram a ser refletidas na classe 5 - Património, Reservas e Resultados Transitados. Estas transferências de capital, até ao final de dezembro de 2020 totalizaram o valor de 2.204,5 m€.

Na Prestação de Serviços e Concessões verificou-se uma diminuição de rendimentos de 48% face ao mesmo período de 2019, em virtude do encerramento de muitos dos equipamentos municipais motivado pelo estado de emergência decorrente do surto de COVID19.

Em síntese, embora se estime uma redução dos Gastos em 4%, tal não foi suficiente para acomodar a descida dos Rendimentos em cerca de 14% (valores provisórios), facto que se irá refletir no Resultado Líquido do Período. De referir que faltam efetuar diversos ajustamentos de regularização de final de exercício, pelo que estes montantes poderão sofrer alterações.

Análise das rubricas de Investimento

Os Investimentos no 4º trimestre de 2020, face ao período homólogo, registaram um aumento de 2%, como se pode verificar no quadro abaixo:

CONTA	DESIGNAÇÃO	31/12/2019*		31/12/2020		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
4	INVESTIMENTOS	796 641,64	100%	814 384,42	100%	17 742,78	2%
41	Investimentos financeiros	74 889,88	9%	74 934,88	9%	45,00	0%
42	Propriedades de investimento	0	0%	369,52	0%	369,52	-
43	Ativos fixos tangíveis	676 691,34	85%	686 444,88	84%	9 753,54	1%
44	Ativos intangíveis	0,00	0%	1 011,41	0%	1 011,41	-
45	Investimentos em curso	45 060,42	6%	51 623,73	6%	6 563,31	15%

*contas POCAL reexpressas nas contas equivalentes em SNC
 (valores após depreciações e amortizações)

(milhares de euros)

Os Investimentos em Curso foram os que registaram o maior aumento. Nestes, tem maior destaque a rubrica de Edifícios e outras construções, com 41.379,6 m€, sendo de destacar neste último trimestre do ano 2020, a requalificação das Ruas Senhor do Padrão, Américo Oliveira e Quinta da Fábrica em Grijós, a construção do edifício da Plataforma de Acolhimento e Tratamento Animal, o Centro de Inclusão Social de Avintes, a reabilitação do empreendimento Quinta dos Castelos e a beneficiação de pavimentos e arruamentos.

Houve, ainda, por força da transição para o novo normativo contabilístico, a reclassificação de alguns itens. Foi o caso dos Ativos Intangíveis e Propriedades de Investimento.

Será de notar que existe, ainda, diversos Bens de Domínio Público que se encontram em processo de avaliação que, após concluído, poderá ter um impacto significativo no Património do Município.

Indicadores Financeiros

O Município tem vindo a aumentar a sua capacidade financeira global para solver a totalidade dos seus compromissos. O rácio da solvabilidade apresenta uma subida no 4º trimestre de 2020 face ao mesmo período de 2019. Esta evolução é motivada pelo aumento do Património Líquido (de 638.396 m€ para 660.054 m€) e reforçada pela diminuição do Passivo Total (de 265.283 m€ para 252.018 m€).

INDICADORES	31/12/2019	31/12/2020
Ativo Corrente / Ativo Total	12%	10%
Passivo Corrente / Passivo Não Corrente	36%	16%
Autonomia Financeira (Património Líquido / Ativo)	71%	72%
Liquidez (Disponibilidades / Passivo Corrente)	119%	173%
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo Total)	241%	262%
Endividamento (Passivo Total / Ativo Total)	29%	28%
Investimentos / Ativo Corrente	744%	861%
Investimentos / Ativo Total	88%	89%

Esta evolução positiva do Património Líquido permitiu uma ligeira melhoria da autonomia financeira em 1 ponto percentual. O montante da autonomia financeira irá sofrer um aumento, decorrente da transposição da política contabilística referente a rendimentos sem contraprestação os quais são entendidos como incrementos ao Património Líquido.

Entre janeiro e dezembro de 2020, 28% do ativo do Município foi financiado por capitais alheios (inferior aos 29% registados em igual período de 2019).

Salienta-se ainda que, à presente data, ainda não se encontram refletidos a totalidade dos ajustamentos de transição de normativo contabilístico, com possível impacto significativo no Balanço e nos Resultados do Município.